

O VALONGO DE MACHADO NA CARTOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO: A ESCRAVIDÃO EM CENA NA CIDADE

ROGÉRIO PACHECO JORDÃO

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo discute, em diálogo com passagens selecionadas de Machado de Assis, o que pode condensar, na contemporaneidade, o nome próprio Valongo, lugar de desembarque de centenas de milhares de africanos e onde operou, no Rio de Janeiro, o maior mercado de escravos do Brasil Colônia e Império. Esquecido dos mapas e do imaginário da cidade por quase duzentos anos, o Valongo foi "redescoberto" arqueologicamente no ano de 2011, no seio de uma ampla reforma urbanística da área portuária carioca, o projeto Porto Maravilha. Nestes termos, faz-se aqui uma reflexão a respeito da potência da prosa machadiana para a leitura do passado escravista brasileiro e suas heranças.

Palavras-chave: Machado de Assis; escravismo; Rio de Janeiro; representações; memória social.

MACHADO'S VALONGO IN RIO DE JANEIRO'S CARTOGRAPHY: URBAN SLAVERY IN MOTION

Abstract: Drawing from selected writings by Machado de Assis, this article discusses the contemporary relevance of the word Valongo which was the name given to the largest slave market in colonial and imperial Brazil, located in the city of Rio de Janeiro. Buried and erased from the map and urban landscape of Rio for nearly two centuries, Valongo was "rediscovered" in 2011 during an archeological excavation within the context of an expansive city-planning reform of the docks area: the Marvelous Port Project. This article reflects upon the power of Machado's prose for (re) reading the history of Brazilian slavery and its legacy.

Keywords: Machado de Assis; slavery; Rio de Janeiro; representations; social memory.

Em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, o Valongo emerge na narrativa no capítulo "O vergalho". Sua aparição é fruto do acaso. O narrador voltava de uma visita a Gamboa, e pelo caminho, "por aquele Valongo fora", interrompe suas reflexões para observar uma cena: "era um preto que vergalhava outro na praça" conta ao leitor Brás Cubas. O preto era Prudêncio. O seu escravo de infância, a quem fazia de cavalo e que havia citado em capítulo anterior. Na condição de ex-senhor, o narrador machadiano pede clemência a Prudêncio, que acede. A pequena multidão que assiste à cena se desmancha conforme a tensão se dissipa e o próprio Brás retoma a caminhada, não sem antes registrar suas impressões sobre o episódio:

Era um modo que o Prudêncio tinha de se desfazer das pancadas recebidas – transmitindo-as a outro. Eu, em criança, montava-o, punha-lhe um freio na boca, e desancava-o sem compaixão; ele gemia e sofria. Agora, porém, que era livre, dispunha de si mesmo, dos braços, das pernas, podia trabalhar, folgar, dormir desagrilhoado da antiga condição, agora é que ele se desbancava: comprou um escravo, e ia lhe pagando, com alto juro, as quantias que de mim recebera. Vejam as sutilezas do maroto!¹

Vejam as sutilezas do maroto. Seria este o diabo? A primeira menção ao ex-escravo aparece no capítulo XI, "O menino é pai do homem", no qual, do além-túmulo, Brás rememora a infância:

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um "ai, nhonhô!", ao que eu retorquia: "Cala a boca, besta!"²

O reencontro do narrador com seu brinquedo de infância se dá "por aquele Valongo fora". O acaso compõe a narrativa. Foi no Valongo que Brás cruzou com seu passado. Poderia ter sido em qualquer outro ponto da cidade, talvez, em cuja geografia o personagem se desloca no transcórre do livro: nos arredores do hotel Pharoux, por exemplo, onde almoça com

¹ ASSIS, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, p. 157.

² *Idem*, p. 75.

frequência, ou no caminho de uma chácara da Tijuca. No Rio oitocentista, evidentemente, a escravidão estava por toda parte: nas primeiras décadas do século a população escrava chegou a constituir quase a metade da população total.³ Sua presença era "ubíqua" como notaram os historiadores norte-americanos Zephyr Frank e Whitney Berry, que listaram, para o ano de 1869 (coincidentemente o mesmo ano da morte de Brás Cubas no romance de Machado), mais de cem locais de transações de compra e venda de escravos na cidade, em um levantamento realizado a partir de anúncios de jornais.⁴

Fruto de um encontro inesperado nasce a narrativa ou o desfiar da memória. Para ter pleno acesso a ela, cabe ao leitor voltar as páginas para reencontrar Prudêncio como o "cavalo de todos os dias" de Brás criança. Em ambas as cenas, a da infância e a do Valongo, há a vara, o fustigamento, o gemido – entre elas, apartadas por anos, um fio invisível de transmissibilidade. É onde opera o maroto. O que se carrega não é a instituição da escravidão em si, mas as suas sutilezas. Há o passar adiante, como se fora algo de pai para filho, de uma "condição". É esta condição – ser propriedade de outrem na prosa machadiana – que fez da escravidão não apenas escravidão, mas muitas outras coisas. É sobre a propriedade transmitida, e seus subterfúgios psicológicos (sugeridos mas não explicitados), que Prudêncio pode colher os juros. Nossas heranças? Quais seriam? Pergunta incômoda que a narrativa de "O vergalho" apenas nos apresenta, ou nos oferece como complexidade.

Na ficção de Machado o episódio não está cronologicamente datado. A cena se desenvolve em algum momento entre o início do século XIX e 1869, quando Brás expirou "às duas horas da tarde de uma sexta-feira do mês de agosto", contando então com "uns sessenta e quatro anos"⁵. A expressão "aquele Valongo fora" imprime ao lugar geográfico uma dimensão difusa. Associada à atemporalidade da memória, parece, como efeito narrativo, esparramar o lugar do vergalho imaginariamente pela cidade. Até 1831, quando o tráfico negreiro passou a ser feito ilegalmente, funcionou ali o maior mercado de escravos do país, com seus armazéns distribuídos pelas encostas dos morros da Conceição e do Livramento, à beira da baía de Guanabara, em um trecho do litoral recortado por reentrâncias e ocupado por cais e trapiches. Região de mercado e também de cais, de chegada de centenas de milhares de africanos à antiga capital colonial e imperial; beirada

³ KARASCH, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, p. 108.

⁴ FRANK & BERRY, *The Slave Market in Rio de Janeiro Circa 1869: Movement, Context and Social Experience*, p. 4.

⁵ *Idem*, p. 55.

da cidade onde aportavam os navios negreiros vindos do outro lado do Atlântico. Ao transitar imaginariamente pela cidade, o narrador de Machado lhe dá tessitura. Nela está o Valongo, nome próprio que conjuga um universo de possibilidades de significação, cujos contornos se relacionam à (então ainda presente) escravidão e mais especificamente a seu tráfico e à África.

O Valongo na geografia da cidade

Redescobertas no ano de 2011 em um achado arqueológico na área portuária da cidade do Rio de Janeiro, as pedras do antigo cais de escravos do Valongo, desde então expostas ao público como monumento, são um testemunho mudo de parte da história brasileira. O visitante chegará até elas provavelmente a pé. Se vindo do centro da cidade pegará a movimentada avenida Rio Branco, dobrará à esquerda na rua Marechal Deodoro e depois à direita na longilínea rua Camerino, que outrora se chamou "da Imperatriz" e, em finais do século XVIII, de "Valongo". Ali caminharam personagens de Machado de Assis. O que nomes próprios de ruas decifriariam? Qual sua capacidade de significação?

No Valongo, nas encostas de seus morros, funcionou o maior mercado de escravos do Brasil – lugar até há pouco tempo esquecido, no sentido de apartado de uma certa narrativa da cidade e país. Em 2011, quando se iniciaram as obras do Porto Maravilha, um projeto público-privado que pretende dar cara nova à área portuária com obras viárias e de infraestrutura, não havia referências ao mercado na topografia urbana. Nenhuma placa, museu ou indicação. Em livros de história da cidade, se não omitido, o fato de que desembarcaram naquele trecho do litoral mais de 700 mil africanos de meados do século XVIII até 1831, quando o tráfico passou a ser feito de modo ilegal, fica apenas subentendido. Em trecho do livro *Morro da Conceição, da memória o futuro*, por exemplo, editado em 2000, lê-se que a região se viu obrigada a "conviver com os equipamentos indesejados pela cidade".⁶

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a palavra remete ao século XII português: é contração de "vale" e "longo" e designa uma aldeia que forneceu, em séculos passados, pão ao Porto. E de fato, em buscas na página do *Google* na internet no ano de 2010, antes da "redescoberta" arqueológica do Valongo, a maior parte das (poucas) referências à palavra direcionavam-se à cidade portuguesa, que existe até hoje. As aspas na

⁶ PREFEITURA, *Morro da Conceição, da memória o futuro*, p. 50.

palavra redescoberta justificam-se, pois, na verdade, sempre se soube ter sido naquele lugar o cais do Valongo. Havia, inclusive, uma antiga placa de ferro afixada em um monumento comemorativo – uma coluna de pedra de cinco metros de altura (o resto de um chafariz do século XIX) – que, no local onde a terra se abriria para o trabalho dos arqueólogos, na praça Jornal do Comércio, anunciava:

Neste local existiu o Cais da Imperatriz. Em 1843 o antigo cais do Valongo foi alargado e embelezado, para receber a futura imperatriz Teresa Cristina.⁷

Redigido pela prefeitura nos arredores dos anos 1990, o enunciado contido na plaqueta era, até a redescoberta das pedras do cais em 2011, a única referência textual (escrita) à memória instituída naquele local. A plaqueta não trazia nenhuma referência à escravidão, ao tráfico ou ao maior mercado de escravos do Brasil que funcionara a poucos metros dali. Antes das escavações arqueológicas de 2011, o observador que lesse as duas frases que compõem o texto da placa depreenderia que naquele local desembarcara a futura imperatriz do Brasil (no caso, Teresa Cristina, que se casou com dom Pedro II), e o que existia antes disso era um cais, chamado do Valongo, possivelmente estreito e feio, pois “alargado” e “embelezado”. E de fato, duas décadas depois da colocação dessa placa, os arqueólogos encontrariam os vestígios físicos de ambos os cais: sob um conjunto de pedras de granito “lavradas” (as da Imperatriz), havia outro conjunto de pedras irregulares, também conhecidas como “pés-de-moleque”, as do Valongo.⁸ Ambos os desembarcadouros desapareceram da superfície urbana na primeira década do século XX, quando a área foi aterrada para a construção do atual porto, no esteio das chamadas “reformas modernizantes” patrocinadas pelo prefeito Pereira Passos (1902-1906), quando a cidade, nos ditames da época, pôde “civilizar-se”.

Em dicionários atuais Valongo é sinônimo para mercado de escravos, “no Brasil escravagista, local utilizado para venda de escravos (no tempo em que havia v., os escravos eram mais baratos)”, registra o *Houaiss*. No *Aurélio Buarque de Holanda*, de 1975, entretanto, o verbete inexistente. Já no dicionário *Cândido de Figueiredo*, de 1947, a palavra não diz respeito à escravidão, mas faz menção à cidade de Valongo, uma aldeia nos arredores do Porto,

⁷ Placa colocada pela prefeitura nos anos 1990; texto anotado por mim no local, em janeiro de 2010.

⁸ JORDÃO, *As pedras esquecidas do cais*, p. 36.

referindo-se a seus habitantes. "Valongueiro, adj. Relativo a Valongo. M. Natural ou habitante de Valongo: 'as valongueiras lindas'."

A palavra designou também um acidente geográfico no litoral do Rio de Janeiro do século XVIII: Valongo nomeou um "saco", diz-nos o historiador Claudio de Paula Honorato.⁹ Saco é uma entrada litorânea na terra como se fosse uma pequena baía. Nos mapas antigos, Vallongo (grafado por vezes com dois *ls*) também foi praia. É nome de família: um visconde de Valongo teria desembarcado no Brasil em 1817, registra a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Designou no passado, ainda, um lugar afastado da cidade, conforme a descrição do Marques de Lavradio, vice-rei do Brasil, que em seu relatório à coroa portuguesa de 1779 determinou aquela região como local de desembarque de escravos na então capital colonial:

Havia... nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcarem no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus [...] e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua [...]. Minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato, e que as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizados para alojá-los (Relatório à Coroa Portuguesa do Marquês de Lavradio, 1779).¹⁰

Um século depois do relatório de Lavradio, Machado, sob o pseudônimo de Manassés, citou o Valongo em uma de suas crônicas *História de Quinze Dias*, de outubro de 1876, na revista *Ilustração Brasileira*. Na publicação, e como cronista da história do seu tempo, ou ao menos da última quinzena, Machado tematizava "assuntos diversos ligados ao noticiário [...] seus textos iam da política aos teatros, dos eventos sociais aos pequenos acontecimentos cotidianos".¹¹

O cronista, após imaginar um boi que olha a opinião pública a ruminar problemas de limites interestaduais brasileiros, destacar o aparecimento de uma mulher santa na Bahia em eterno jejum e o início do calçamento da rua das Laranjeiras, lembra ao leitor o aniversário de meia década da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Em consonância com a agenda

⁹ HONORATO, *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*.

¹⁰ PEREIRA, *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, p. 72.

¹¹ ASSIS, *História de Quinze Dias*, p. 16.

gradualista brasileira de abolição da escravatura – que só viria a ocorrer doze anos depois daquela crônica –, a Lei estipulava que crianças nascidas de mães escravas seriam, dali em diante, livres, no que pese a existência de uma série de condicionantes. Em seu texto, Machado-Manassés comenta que, nos meses que antecederam à crônica, haviam sido libertados 230 escravos por meio do fundo de emancipação (criado pela Lei para indenizar os proprietários), “isto só em alguns municípios!”, esperando, afirmava o cronista, que o número crescerá quando a libertação “estiver feita em todo o império”.

O Valongo aqui lembrado ativa a chave do passado:

A lei de 28 de setembro fez agora cinco anos. Deus lhe dê vida e saúde! Esta lei foi um grande passo na nossa vida. Se tivesse vindo uns trinta anos antes estávamos em outras condições.

Mas há trinta anos, não veio a lei, mas vinham ainda escravos, por contrabando, e vendiam-se às escâncaras no Valongo. Além da venda, havia o calabouço. Um homem do meu conhecimento suspira pelo azorrague.

– Hoje os escravos estão altanados, costuma ele dizer. Se a gente dá uma sova num, há logo quem intervenha e até chame a polícia. Bons tempos os que lá vão! Eu ainda me lembro quando a gente via passar um preto escorrendo em sangue, e dizia: – “Anda, diabo, não estás assim pelo que eu fiz!” – Hoje....

E o homem solta um suspiro, tão de dentro, tão do coração... que faz cortar o dito. *Le pauvre homme!*¹²

O narrador machadiano opera como um estilete a ironia. *Le pauvre homme!*, lamenta o cronista, em uma citação a um trecho de *Tartufo*, de Molière, ao encerrar a passagem, entrecortada por um preto que escorre sangue – os bons tempos “que lá vão!”, de um desejo civilizatório, parecem sugerir (comicamente) as palavras francesas. De uma civilização cujo molde está na Europa, entretanto, peculiar, na qual a punição (o azorrague) assume sua potência ordenadora, embora o país estivesse mudando, deixa claro o cronista. Abre-se, “a história de quinze dias”, para um jogo de forças que o narrador captura.

O Valongo, na prosa machadiana, é traço mnemônico na cidade dessa civilização brasileira em sedimentação, com suas hierarquias de valores, cuja pedra angular afirmava a superioridade natural de uns (o europeu, o branco)

¹² *Idem*, p. 109.

sobre outros (o escravo, o negro-africano e em escala ascensional o mulato e o índio). Ideologia, enfim, escravista, e que encontrou suas resiliências no tempo. Nas chamadas teorias raciais que estiveram em voga no Brasil oitocentista e da virada de século, e que transplantaram para a análise social as premissas darwinianas da seleção natural. No ideal de branqueamento e da mestiçagem que alçava o branco a modelo (físico, psicológico) a ser alcançado em um país que se defrontou, no pós-abolição, com a questão de sua população negro-africana agora nos contornos da nação. O branqueamento, como sublinha Thomas Skidmore, foi teoria e prática aceitas “pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914”,¹³ e cujos aspectos fundacionais conjugaram, em anos subsequentes, o mito da democracia racial e seu corolário, a crença na convivência harmônica entre as raças e classes sociais. Teorias, práticas, políticas, que, de modo bastante abrangente em seu diapasão de tempo, o pensador Abdias Nascimento sistematizou em termos de “genocídio”,¹⁴ por seu potencial de apagamento do negro pelo branco.

Mas naquele tempo, no tempo do cronista machadiano, a civilização pela qual suspirava o *pauvre homme* – um “conhecido” anônimo (qualquer um? o leitor?) – era a de um passado ainda imediato, no qual desembarcavam e eram vendidos no Valongo os escravos de contrabando, nos primórdios do chamado tráfico ilegal no Brasil, que se estendeu até 1850. Um passado então próximo, pois a escravidão ainda vigorava e seu tráfico suturava-se como rastro recente.

O navio negreiro em Machado

Ainda em *Brás Cubas*, no capítulo “Um episódio de 1814”, em uma breve passagem durante um jantar, o narrador faz menção à notícia da chegada de escravos ao porto carioca, na época um dos principais das Américas do tráfico transatlântico, de cujo trajeto o Valongo foi ponto:

Um sujeito, ao pé de mim, dava a outro notícia recente dos negros novos, que estavam a vir, segundo cartas que recebera de Luanda, uma carta em que o sobrinho lhe dizia já ter negociado cerca de quarenta cabeças, e outra carta em que... Trazia-as justamente na algibeira, mas

¹³ SKIDMORE, *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, p. 81.

¹⁴ NASCIMENTO, *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, p. 41.

não as podia ler na ocasião. O que afiançava é que podíamos contar, só nessa viagem, uns cento e vinte negros, pelo menos.¹⁵

O navio negreiro está citado no romance *Memorial de Aires*, publicado em 1908, quando o narrador de Machado de Assis faz referência ao apagamento da memória da escravidão no país, ao mesmo tempo em que sugere que sua lembrança futura será tecida na poesia, vale dizer, na palavra. A escravidão rememorada, no caso, está inscrita na travessia do Atlântico. No diário do personagem-narrador, para o 13 de maio de 1888, dia da Abolição, lê-se:

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine, em que o nosso nome está perpétuo. Neles conta o capitão do navio negreiro haver deixado trezentos negros no Rio de Janeiro, onde a "Casa Gonçalves Pereira" lhe pagou cem ducados por peça. Não importa que o poeta corrompa o nome do comprador e lhe chame Gonçalves Perreiro; foi a rima ou a sua má pronúncia que o levou a isso. Também não temos ducados, mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador.¹⁶

Vale a pena se debruçar um instante sobre esse parágrafo de Machado. O narrador cita o poeta alemão Heinrich Heine (1797-1856) e seu poema "O navio negreiro" (*Das Sklavenschiff*). Publicado em 1854 em alemão e depois traduzido para o francês,¹⁷ a cena do poema de Heine é ambientada em um navio negreiro. Na cena evocada pelo poeta, o capitão do navio, Mynheer Van Koek, rumo para o Rio de Janeiro com sua carga e faz o cálculo de que saíra com seiscentos escravos a bordo – uma "pechincha" feita no Senegal – e, se chegasse com pelo menos a metade deles, ainda assim auferiria bom lucro.

Seiscentas peças barganhei
[...]
Eu ganho oitocentos por cento

¹⁵ ASSIS, *cít.*, p. 80.

¹⁶ *Idem*, *Memorial de Aires*, p. 31.

¹⁷ HEISE, *Diversidade na convergência*, p. 26.

Se a metade chegar ao porto.

Se chegarem trezentos negros
Ao porto do Rio de Janeiro,
Pagará cem ducados por peça
A casa Gonzales Perreiro.¹⁸

O capitão, que está em seu camarote, é de súbito interrompido em seus pensamentos pelo cirurgião de bordo – um sujeito com o rosto coberto de verrugas e magreza desengonçada –, que lhe comunica haver uma epidemia a bordo e que corpos foram lançados ao mar. E para mitigar o problema será necessário tirar os escravos do convés e fazê-los dançar para recuperar as energias:

A catinga, a inhaca, o bodum
[...]
Muitos, além disso, definham
De banzo ou de melancolia;
São males que talvez se curem
Com dança, música e folia.

No poema de Heine, os escravos dançam no convés, e o capitão reza para que sua carga chegue a salvo. São testemunhas da cena em alto-mar os tubarões que seguem o barco, aguardando por mais corpos (“Edificante é o espetáculo/ Pois o tubarão narigudo/ Não escolhe cabeça ou perna/ E abocanha, devora tudo”) e as estrelas no céu (“Há um espreitar de olhos curiosos/ Em cada estrela que fulgura”).

O narrador de Machado de Assis em *Memorial de Aires* escreve, no dia da Abolição, que nesses versos o “nosso nome está perpétuo”, embora inscreva em papel uma correção necessária para o registro da história – para sua perpetuação. Era Pereira quem lucrava com o tráfico de escravos e não Perreiro, que só existe como “rima” ou “má pronúncia”. Mas também não temos ducados, “mas aí foi o vendedor que trocou na sua língua o dinheiro do comprador” – está na língua, no contar de uma história, o truque. O narrador machadiano, com sua crítica sarcástica, descola do corriqueiro um detalhe banal – a troca de um nome próprio local em um poema escrito por um estrangeiro – e lhe dá uma dimensão histórica. Os papéis estão queimados,

¹⁸ Utilizo tradução de Augusto Meyer. Disponível na internet: <http://ematejoca-ematejoca.blogspot.com.br/2008/12/o-navio-negreiro-de-heinrich-heine.html>.

em referência, muito provavelmente, ao decreto assinado em 1890 pelo então ministro Rui Barbosa ordenando a queima dos comprovantes de compra e venda de escravos nas repartições públicas; oficiosamente, à época, uma medida para inviabilizar pedidos de indenização de ex-proprietários de escravos no pós-abolição.¹⁹

Há a poesia, mas olhem lá, atenção às palavras, parece denunciar o parágrafo de Machado de 1908, pois é necessário lembrar-se da escravidão – uma história ora apagada, ora corrompida.

Pai contra mãe: a cidade condensa destinos

O Valongo como lugar de cais e mercado na cidade é citado, ainda, no conto "Pai contra mãe". A citação surge no terceiro parágrafo, quando o narrador introduz ao leitor os "ofícios e aparelhos" levados consigo pela escravidão, entre estes últimos o ferro ao pescoço para evitar a fuga:

A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.²⁰

A trama do conto é conhecida: Cândido, um homem branco pobre, captura na rua a escrava fugitiva Arminda, uma mulata, e recebe a recompensa de cem mil-réis evitando, assim, entregar seu (de Cândido) filho recém-nascido à Roda dos enjeitados (onde crianças eram deixadas para adoção), opção à qual fora levado por falta de condições financeiras. No enredo, a escrava, ao se debater contra seu capturador – um ofício comum no Rio escravista do século XIX – aborta o filho que traz na barriga. O resultado do conflito leva Cândido a concluir, fechando o conto: "– Nem todas as crianças vingam".

No conto machadiano Arminda, a "mulata fugida", se materializa diante de Cândido na rua da Ajuda, quando este ia a caminho da Roda dos enjeitados com seu filho no colo. Antes desse momento crucial, o leitor pode apenas imaginar a trajetória dela pela cidade a partir das pistas que o narrador dispensa no transcorrer das páginas. Talvez "protegida por um

¹⁹ FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, Rui Barbosa e a queima dos arquivos.

²⁰ GLEDSON, 50 contos de Machado de Assis, p. 467.

amante” no espelhar de Cândido, quando, ao revirar antigos anúncios de escravos fugidos nos jornais, se deparou com aquele de alto valor, de cem mil-réis. Sua caçada na cidade o leva ao largo da Carioca, à rua do Parto e da Ajuda – todas no centro da cidade –, onde pergunta sobre o paradeiro da escrava, sem encontrá-la até o derradeiro acaso.

Arminda, enfim, é uma presença-ausente na geografia das ruas: na maior parte do conto, o que seguimos são seus rastros. Não veio “apenas comprada do Valongo” – até 1831 lugar do mercado principalmente de pretos novos recém-chegados da África – deitando a correr sem conhecer as ruas da cidade, pois sugere-se desde o início que Arminda é “ladina” (expressão utilizada para designar o escravo já versado na língua portuguesa).²¹ Provavelmente sumiu “quitandando” pela cidade, pois presume-se que até amante tivesse, além de um proprietário estabelecido na rua da Alfândega que anunciava nos jornais.

O Valongo – um ponto de comércio de escravos (entre tantos que existiram no Rio oitocentista) – compõe na narrativa uma constelação na qual a cidade parece condensar o destino dos personagens. É o ambiente no qual se exerce um dos “ofícios” – o caçador de escravos – que a escravidão levou consigo. É do conhecimento de suas esquinas, truques, pessoas, que Cândido e outros gozam de uma sobrevivência cada vez mais precária, pois a concorrência pela presa e recompensa acirrou-se ao longo do tempo (condição que quase levou o recém-nascido à Roda dos enjeitados). Mas isto é passado, diz de maneira sibilina o narrador machadiano do conto publicado em 1906, na coletânea *Relíquias da Casa Velha*, quando já não havia mais escravidão no país, frise-se.

O desfecho, porém, deixa dúvidas em relação à condição efetivamente passada desse passado. Em qual dimensão de tempo e espaço estaria uma criança recém-nascida à custa de outra que não vingou?

Ao leitor contemporâneo Machado oferece um dedal de nossas complexidades brasileiras. Conforme observa Roberto Schwarz: “O dispositivo literário capta e dramatiza a estrutura do país, transformada em regra da escrita. E com efeito, a prosa narrativa machadiana é das raríssimas que pelo seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse, importando pouco o assunto de primeiro plano”.²² A observação, de certa forma, desloca a questão do suposto “absenteísmo” de Machado a respeito das problemáticas da escravidão e das

²¹ LOPES, *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*, p. 378.

²² SCHWARZ, *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*, p. 11.

raças no Brasil em sua obra,²³ ao menos na forma como as abordei neste artigo. Estas se fazem presentes na prosa machadiana, nas citações aqui coletadas, como complexidades brasileiras que talvez não se circunscrevam à escravidão em si, mas à sua instituição e resiliências. Daí a potência da escrita machadiana. Sua prosa, ou estilhaços dela, nos auxilia, nestes termos, a pensarmos as heranças do escravismo no Brasil, como fenômeno que se desdobra no tempo. De resto, creio, não parece produtivo cobrar, retrospectivamente, um autor (ou um sujeito) por uma ausência que, se existe, é de uma abrangência e contornos bem mais amplos.

Nestes termos, a “redescoberta” atual das pedras do antigo cais dos escravos tira dos escombros, também, uma palavra, que ganha uma nova circularidade. O que este nome próprio na cartografia da cidade decifraria?

Ao lê-la em Machado, nas passagens selecionadas deste artigo, ela aparece como um ponto associado a enredos nos quais não a escravidão em si, mas as condições que dela derivam estão em realce, como circunstâncias que podem se transmitir no tempo. Relações de propriedade e seus vícios; o dispor à força (o estupro poder-se-ia imaginar) da mulher negra pelo homem branco. Ordens sociais brasileiras, afinal, que herdaram do passado talvez mais do que estejam dispostas a revelar, até hoje. Este é o “espetáculo social-histórico” que, talvez, um caminhante pelas ruínas do cais, ora esquecido, ora lembrado, possa vislumbrar, ou um leitor de Machado disposto a inquirir a respeito do que o nome próprio de um lugar pode condensar.

O Valongo é vestígio do tráfico transatlântico de escravos que, durante três séculos, operou a migração forçada de 10 milhões de africanos para as Américas, 4 milhões deles para o Brasil.²⁴ É também inscrição física e imaginária dessa história na cidade do Rio de Janeiro. História que muitas vezes se quis esquecer, sendo o próprio desaparecimento físico do antigo cais (e sua falta de referências no tecido urbano por quase duzentos anos) um índice disso.

Dessa forma, a palavra Valongo sugere uma dupla lembrança: a da história do tráfico de escravos, bem como a trajetória do esquecimento desse passado na cidade. Apagamento, por sua vez, que reverbera as sobrevivências de ideologias raciais brasileiras. A inscrição do Valongo na prosa machadiana – mesmo que em poucas citações – aviva a potência interpretativa desse lugar na cidade e país ao leitor atual, afinal é sempre no tempo presente que lemos. Permite ao leitor adensar a significação do Valongo como um local

²³ Para um apanhado dos termos deste debate: VITAL, *Quase brancos, quase pretos*, p. 23-40.

²⁴ FLORENTINO, *Em costas negras*, p. 23.

geográfico associado à experiência escravista no país e suas possíveis heranças. Suporte para o imaginário, oportunidade de atualização de um passado, de melhor apreendê-lo, de perceber suas incômodas continuidades: a ocultação do racismo, as desigualdades brasileiras ainda presentes, as relações assimétricas de poder no país, a ideia de que há seres superiores a outros. Aspectos transmutados em psicologia social que a prosa machadiana absorve e sobre a qual nos convida a refletir.

Referências

- ASSIS, Machado de. *História de Quinze Dias*. Organização, introdução e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: Globo, 1997.
- _____. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Porto Alegre: L&PM, 2014.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRANK & BERRY, The Slave Market in Rio de Janeiro Circa 1869: Movement, Context and Social Experience. *Stanford University Spatial History Lab*, p. 1-7, 28 ago. 2009.
- FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Rio de Janeiro: FCRB, 1988.
- GLEDSON, John. *50 contos de Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRANDE *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Volume XXXIV. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, s/data. Disponível na Biblioteca Nacional, área de consulta, fileira 036.9.
- HEINE, Heinrich. O navio negreiro. In: *Ematejoca*. Tradução de Augusto Meyer. Disponível em: <http://ematejoca-ematejoca.blogspot.com.br/2008/12/o-navio-negreiro-de-heinrich-heine.html>. Acesso em: 19 nov. 2015.
- HEISE, Eloá. Diversidade na convergência. *Pandemonium Germanicum*, n. 2, p. 22-23, 1998.
- HONORATO, Cláudio de Paula. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.
- JORDÃO, Rogério P. As pedras esquecidas do cais. *Revista Retrato do Brasil*, São Paulo, p. 36-39, 5 jun. 2011.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LOPES, Nei. *Dicionário Banto do Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- PREFEITURA do Rio de Janeiro. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante/Prefeitura, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- VITAL, Selma. *Quase brancos, quase pretos*. São Paulo: Intermeios, 2012.

ROGÉRIO PACHECO JORDÃO é doutor em Letras/Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), onde defendeu a tese *Uma descoberta anunciada: lembranças, apagamentos e heranças do mercado de escravos do Valongo no Rio de Janeiro*. Autor do livro *Crime (quase) perfeito: corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2000), atualmente mantém um blog sobre política e cotidiano nacional no Yahoo!Brasil. E-mail: rogeriojordao@uol.com.br.

Recebido: 14.09.2015

Aprovado: 19.11.2015